



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº 13643.000532/2003-84
Recurso nº 137.145 Voluntário
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Acórdão nº 302-39.420
Sessão de 25 de abril de 2008
Recorrente INDÚSTRIA DE MÓVEIS RUFATO LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA/MG

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS
E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE
PEQUENO PORTO - SIMPLES**

Ano-calendário: 2002

SIMPLES. conforme previsto no § 2º do inciso XIX do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, as sociedades de interesse econômico não estão impedidas de incluir-se no SIMPLES.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marcondes Armando".
JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Corintho Oliveira Machado, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Mércia Helena Trajano D'Amorim, Marcelo Ribeiro Nogueira, Beatriz Veríssimo de Sena, Ricardo Paulo Rosa e Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro. Ausente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

Relatório

A empresa acima identificada foi excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, através do Ato Declaratório Executivo DRJ/JFA nº 431.069, de 07/08/2003, fl. 11, sob o fundamento de sua participação no capital social de outra empresa jurídica, vedado pelo inciso XIV do art. 9º da Lei 9.317/96.

A interessada se manifestou pela impugnação do feito, argumentando que a empresa da qual é sócia – MOVIMENTO EMPRESARIAL LTDA., foi criada exclusivamente para o fim de fomento do setor moveleiro de Ubá e região; que a participação no capital social corresponde a 1,6323%; que a empresa da qual é sócia está entre as excepcionadas no § 2º do art. 9º da Lei 9.317/96.

Por fim diz que para ser fiel aos princípios constitucionais, a análise acerca de exclusão deve examinar o contexto, o conjunto e não meramente considerar a limitação objetiva formal contida no dispositivo legal.

Na decisão de primeira instância, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora/MG, por unanimidade de votos, indeferiu a solicitação através do Acórdão nº 09-14.533, de 11/09/06, fls. 67/69, assim ementado:

“Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

Ementa: Estando a empresa inserida na hipótese de vedação do sistema, prevista no art. 9º da Lei 9.317/96, não há como acatar a solicitação de revogação do Ato Declaratório de Exclusão.

Solicitação Indeferida.”

Regularmente científica da decisão de primeira instância, em 15/09/2006, (recibo de 109), a interessada apresentou tempestivo Recurso Voluntário ao Conselho de Contribuintes em 17/10/2006, (fls. 72/81), ratificando suas fundamentações impugnatórias e mais, em síntese:

- a empresa Movimento Empresarial Ltda., tem a finalidade única o fomento da indústria moveleira regional, caracterizando-se como uma sociedade de interesse econômico, pois visa o desenvolvimento de um grupo de pequenas e médias empresas, que recebem tratamento diferenciado dos entes governamentais;

- a decisão de primeira instância deixou de observar a natureza jurídica da sociedade Movimento Empresarial Ltda;



- a alteração contratual juntada às fls. 33 e 34 gerou interpretação dúbia com relação à possibilidade de aquela sociedade ter também como atividade a incorporação e a construção de móveis.

- a empresa da qual a recorrente participou como sócia quotista tão-somente realizou investimentos de construção de galpão com o objetivo de fomentar a indústria moveleira de Ubá e região;

- a empresa recorrente não auferiu nenhum resultado financeiro por sua participação naquela sociedade;

- a recorrente sempre cumpriu com suas obrigações tributárias, não ultrapassou as faixas limites de receita bruta do Simples e sua exclusão do Sistema reveste-se de manifesta incorreção e injustiça;

- há jurisprudência nos tribunais superiores pela irretroatividade dos efeitos do ato declaratório de exclusão;

- requer ao final seja o recurso recebido com efeito suspensivo.

Em seqüência, foram os autos encaminhados a este Terceiro Conselho de Contribuintes, tendo sido distribuídos a esta Conselheira, na forma regimental em 11/09/2007, numerados até a fl. 111 (última), com o despacho de encaminhamento do processo.

É o relatório



Voto

Conselheira Judith do Amaral Marcondes Armando, Relatora

Arecio o recurso interposto pela INDÚSTRIA DE MÓVEIS RUFATO LTDA., em boa forma.

Como relatado, a recorrente foi excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, mediante a edição do Ato Declaratório Executivo DRJ/JFA nº 431.069, de 07/08/2003, fl. 11, sob o fundamento de sua participação no capital social de outra empresa jurídica, vedado pelo inciso XIV do art. 9º da Lei 9.317/96.

Ocorre que, conforme previsto no § 2º do inciso XIX do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, as sociedades de interesse econômico não estão impedidas de incluir-se no SIMPLES.

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

Tendo em vista o documento acostado às fls. 61 deste processo, assinado pelo Secretário de Planejamento e Coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de UBÁ, não restam dúvidas de que se trata da Sociedade referida nas exclusões da Lei 9.317.

Assim sendo, voto por prover o recurso.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2008

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO - Relatora